AUTUAÇÃO
____/____/202___
_____
Assinatura

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2026.07.20-01
PROCESSO LICITATÓRIO Nº IPL012.2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 - PMLP

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA FINS DE AUXILIO JURÍDICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE EMISSÃO DE PARECERES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA, QUE A CONTRATADAO PRESTARÁ AO CONTRATANTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM, AS PARTES ABAIXO DEFINIDAS.

O MUNICÍPIO DE LAGOINHA DO PIAUI-PI, inscrita no CNPJ sob n° 01.612.587/0001-52, estabelecida na Av. Domingos Lourenço Jorge, nº 85, Centro, Lagoinha do Piauí-PI, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. Kelly Alves Alencar, portadora do RG nº. 2.101.583, e do CPF nº. 007.455.493-06, residente e domiciliada em Lagoinha do Piauí-PI, doravante denominado **CONTRATANTE** e a profissional **AGDA MARIA ROSAL**, advogada, inscrita na OAB/PI sob o nº 11.491, CPF nº 228.988.973-00, residente e domiciliada na cidade de Teresina-PI, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e acordam o presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo Licitatório nº **IPL012.2026**, Inexigibilidade de Licitação nº **012/2026**, o qual será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, bem como com o que dispõe a Lei nº 14.133/21.

1. DO OBJETO

1.1 Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica especializada em Direito Público Municipal, para fins de auxilio jurídico à Secretaria Municipal de Administração, no âmbito administrativo, mediante emissão de pareceres e prestação de serviço de consultoria, que a Contratada prestará ao Contratante.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de **11 (onze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Por se tratar de serviço de natureza continuada, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, observado o disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade para a Administração, a disponibilidade orçamentária e o interesse das partes, respeitados os limites e demais condições previstos na legislação aplicável.

3. DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R$ 2.685,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais). O valor das parcelas mensais fixadas deverão ser creditadas na Conta de titularidade da CONTRATADA.

3.2. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3 A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

4. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

4.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/21, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pelo CONTRATADO, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

4.2. Se por motivo contrário à vontade do CONTRATADO a execução contratual se prolongar por período superior a 12 meses, será concedido reajuste de preços pelo índice oficial do IPCA do período.

5. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta das dotações orçamentárias fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças, que seja:

ENTIDADE	FONTE DE RECURSOS	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
ADM	500	SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	04.122.0002.2009.0000	33.90.30

5.2. **FONTE DE RECURSO**: FPM, ICMS, TRIBUTOS, RP E OUTROS APROPRIADOS.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Notificar o CONTRATADO sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

6.2. Emitir a Ordem de Serviço;

6.3. Expedir atestado de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;

6.4. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

6.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários do CONTRATADO, em relação aos serviços objeto do Contrato;

6.6. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal do CONTRATADO às suas instalações;

6.7. Efetuar os pagamentos devidos o CONTRATADO nas condições estabelecidas;

6.8. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do CONTRATADO pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

6.9. Fiscalizar e acompanhar os serviços, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste Termo de Referência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade do CONTRATADO com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

6.10. Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado do CONTRATADO, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;

6.11. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
6.12. Transmitir o CONTRATADO, as instruções necessárias à realização dos serviços, complementares a este Termo de Referência;
6.13. Comunicar o CONTRATADO, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com seus empregados;
6.14. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços;
6.15. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
6.16. Arcar com as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos técnicos do CONTRATADO por ocasião da prestação de serviço in loco.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. Executar os serviços objeto deste Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;
7.2. Realizar e repassar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, juntamente com agente de contratação;
7.3. Indicar, imediatamente à assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos serviços, e atender aos chamados na Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
7.4. Fornecer números telefônicos ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI, com o preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;
7.5. Supervisionar os serviços realizados por sua equipe de trabalho, por meio do Preposto, que deverá, visitar as dependências da Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;
7.6. Fornecer todas as orientações, os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes deste Termo de Referencia;
7.7. Fornecer todo o pessoal técnico especializado necessário à fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;
7.8. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional a Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI;
7.9. Entregar os serviços, objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
7.10. Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados;
7.11. Transportar os seus empregados, materiais, equipamentos, etc., às suas expensas, até o local dos trabalhos;
7.12. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado o perfil básico exigido neste Termo de Referencia;
7.13. Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI;
7.14. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI;

7.15. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto do Contrato pela equipe da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI,, durante a sua execução;
7.16. Executar os serviços com a devida cautela, de forma a garantir a segurança de informações, dados e equipamentos da Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI;
7.17. Apresentar, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, relatório mensal, devidamente assinado pelo representante do CONTRATADO, contendo a descrição dos serviços prestados no mês de referência;
7.18. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí-PI, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o Município poderá, garantindo a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
8.1.1. Advertência por escrito, quando a proponente deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
8.1.2. Multa compensatória-indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente;
8.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o município, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
8.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo CONTRATADO, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.
8.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor de Tesouraria do Município, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.
8.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. As partes comprometem-se a observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento, à proteção e à segurança dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do contrato.
9.2. A CONTRATADA deverá utilizar os dados pessoais e as informações a que tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratado, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e confidencialidade previstos na LGPD.
9.3. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo sobre todas as informações, documentos e dados pessoais a que tiver acesso em razão da prestação dos serviços, não podendo utilizá-los ou divulgá-

los para finalidade diversa da execução do contrato, salvo nas hipóteses autorizadas pela legislação aplicável.
9.4. A CONTRATADA deverá adotar medidas razoáveis de segurança para proteger os dados pessoais e as informações sob sua responsabilidade contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
9.5. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, tão logo tenha conhecimento, a ocorrência de incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais ou informações disponibilizadas em razão da execução do contrato, colaborando, quando necessário, para a adoção das medidas cabíveis.
9.6. Encerrada a execução do contrato, a CONTRATADA deverá cessar o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses em que a manutenção dos dados seja necessária para o cumprimento de obrigação legal, regulatória ou para o exercício regular de direitos.
9.7. A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes do tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais realizado em desconformidade com suas obrigações legais e contratuais, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018.
9.8. As obrigações de confidencialidade e proteção de dados previstas nesta cláusula permanecerão vigentes mesmo após o encerramento do contrato, enquanto as informações e os dados pessoais não forem tornados públicos por meio legítimo ou enquanto subsistir obrigação legal de sigilo.

10. DA RESCISÃO

10.1. O contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, no que couber.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização direta do cumprimento do presente Contrato ficará a cargo de servidor e suplente designados por Portaria. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá o CONTRATADO de total responsabilidade de executar o fornecimento estabelecido neste Termo.

12. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, no caso de inexecução total ou parcial do Contrato que venham a ensejar a sua rescisão conforme os artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. As omissões relativas ao presente contrato serão reguladas pela legislação vigente, na forma do Artigo 89 e seguintes da Lei nº 14.133/21 e alterações em vigor.
13.2. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas na Lei Federal nº 14.133/21, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

14. DO FORO

14.1. É competente o Foro da Comarca de Lagoinha do Piauí, Estado do Piauí, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da aplicação do presente contrato.

15. DAS DÚVIDAS SANÁVEIS

15.1. Pequenas dúvidas oriundas da execução contratual, poderão ser sanadas pela administração municipal ou pela autoridade competente.

Estando as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Lagoinha do Piauí-PI, 20 de julho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOINHA DO PIAUÍ
CNPJ nº 01.612.587/0001-52
CONTRATANTE

AGDA MARIA ROSAL
CPF nº 228.988.973-00
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha
Nome: _____
CPF: _____

2ª Testemunha
Nome: _____
CPF: _____